



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ESTUDOS PRELIMINARES

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme especificações contidas no Documento de Oficialização da Demanda 0072562 o objeto desta contratação é o curso “Legislação de Pessoal, com enfoque nas competências da área de saúde – Lei nº 8.112/1990, alterada pelas Leis nºs 13.135/2015, 13.328/2016, 13.370/2016 e 13.846/2019”.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Aprimorar os conhecimentos em perícia, bem como a repercussão dos laudos emitidos pela Seção em diversos setores do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, capacitando os servidores envolvidos nos processos quanto aos limites dos laudos seus conteúdos e melhor aproveitamento das informações.

Proporcionar o conhecimento dos institutos que se revelam indispensáveis à concessão, manutenção e formatação dos processos atinentes aos servidores públicos federais, em especial indispensáveis ao desempenho das atribuições da área de saúde.

3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos específicos para a presente contratação constarão do Projeto Básico

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE SERVIÇOS

Trata-se da contratação de uma turma do curso com duração de 16 horas.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O evento foi escolhido por ser um curso na modalidade *on line*, realizado de forma síncrona e com instrutor com expertise na área.

7 ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERÊNCIA

O custo da demanda total está estimado em R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

8 PARCELAMENTO DOS MATERIAIS

Não se justifica o parcelamento da contratação, por se tratar de uma única turma do curso.

9 JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Atualizar o público participante sobre a legislação em vigor relacionada às perícias em servidores públicos federais por demandas de saúde.

10 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não será necessária qualquer adequação ambiental para atendimento da demanda, vez que os encontros acontecerão em plataforma virtual.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Não há no âmbito deste Tribunal contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

12 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição pretendida é viável, mostra-se possível tecnicamente, fundamentalmente necessária.

13 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Kleirton Ibiapina Alves/ Raquel Peixoto NacleEstefan
Integrante Técnico	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida/Flávia Helena Bezerra Costa Galvão
Integrante Administrativo	Giovanna Luna Araujo Vinhas

Mapa do Gerenciamento dos Riscos

Objeto	LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, COM ENFOQUE NAS COMPETÊNCIAS DA ÁREA DE SAÚDE – Lei nº 8.112/1990, alterada pelas Leis nºs 13.135/2015, 13.328/2016, 13.370/2016 e 13.846/2019
Fase da Análise	Planejamento da contratação e Seleção do fornecedor

	Risco 1 – Não fazer a Contratação
Probabilidade	() Baixa () Média Alta (x)
Impacto	() Baixo () Médio Alto (x)
Dano	Não cumprimento dos requisitos da Res. 351/2020 CNJ

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco

Ações	Providenciar o Termo de Referência para propiciar a contratação	Responsável: Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
--------------	---	--

Estratégia de contingência caso o risco se concretize

Ações	Repetir o procedimento de inexigibilidade de licitação, sanando as irregularidades da contratação.	Responsável: Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
--------------	--	--



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA HELENA BEZERRA COSTA GALVAO, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 08/11/2022, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL PEIXOTO NACLE ESTEFAN, CHEFE DE SEÇÃO**, em 09/11/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i

[d_orgao_acesso_externo=0&cv=0079437&crc=D5DB0715](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i), informando, caso não preenchido, o código verificador **0079437** e o código CRC **D5DB0715**.